

A comunidade quilombola Laranjituba/África: breves considerações sobre história, memória e desenvolvimento

Ana Célia Barbosa Guedes¹
Mayany Soares Salgado²



RESUMO

Neste artigo analisam-se experiências passadas e presentes dos povos quilombolas de Laranjituba/África, localizadas na região do baixo Caeté, município de Abaetetuba/PA, principalmente, sua luta por acesso a políticas públicas que possam assegurar seu modo de vida e pela manutenção da identidade quilombola na contemporaneidade por meio das tradições ali existentes. As estratégias desses povos para garantir seu território incluem a junção de suas comunidades para atender as necessidades burocráticas exigidas pelo Estado brasileiro, além de sua organização enquanto Associação Remanescente de Quilombo, observando o contexto político mais favorável, via ITERPA, que a criação de um único território quilombola proporciona. No âmbito do processo de titulação desse território e do reconhecimento da territorialidade, observa-se, particularmente, a importância da história e memória dos mais velhos/velhas que ali vivem.

Palavras-chave: Quilombo Laranjituba/África. História. Memória. Território. Abaetetuba/PA.

1 Graduada em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e mestranda do programa de Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/ Núcleo de Alto Estudo da Amazônia (NAEA), UFPA. E-mail: anacbgedes@hotmail.com..

2 Graduada em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e doutoranda do programa de Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/ Núcleo de Alto Estudo da Amazônia (NAEA), UFPA. E-mail: mayany_salgado@yahoo.com.br.

ABSTRACT

This article analyzes past and present experiences of the quilombola people of Laranjituba/África, located in the region of the low Caeté, municipality of Abaetetuba/PA, mainly, their struggle for access to public policies that can assure their way of life and the maintenance of the identity in contemporary times through existing traditions. The strategies of these peoples to secure their territory include joining their communities to meet the bureau-cratic needs demanded by the Brazilian State, as well as its organization as a Quilombo Remnant Association, observing the most favorable political context, through ITERPA, that the creation of a single Quilombola territory provides. In the scope of the titling process of this territory and the recognition of territoriality, we can observe, in particular, the importance of the history and memory of the older/old people who live there.

Keywords: Quilombo Laranjituba/Africa. History. Memory. Territory. Abaetetuba/PA.

.

INTRODUÇÃO

A história da organização do povo negro no Brasil foi marcada por diferentes lutas e resistência ao sistema escravista, bem como por cidadania e equidade racial, haja vista que mesmo após a abolição da escravidão, não houve políticas públicas que visassem incluir o/a negro/a no mercado de trabalho assalariado tanto na cidade quanto no campo.

Assim é possível depreender que existem diferentes histórias e configurações desse povo, levando em consideração seu território de origem e as transformações dele ao longo do tempo, mas ao mesmo tempo, ele tem buscado preservar sua história através da memória transmitida de geração a geração.

A organização da população pertencente aos quilombos rurais de Laranjituba/África, em Abaetetuba, estado do Pará, se deu em meio a diversas lutas contra a escravidão, seja por território quanto por cidadania, tendo buscado preservar sua história através da memória das pessoas mais velhas. Nesse sentido, o presente artigo, fundamentalmente, analisa e tenta compreender experiências passadas e presentes desse grupo social, especialmente a luta por acesso a políticas públicas que possam assegurar seu modo de vida e pela manutenção da identidade quilombola na contemporaneidade através das tradições ali existentes. Além das estratégias desses povos para garantir seu território, como a junção dessas comunidades, para atender as necessidades burocráticas exigidas pelo Estado brasileiro, em uma Associação de Remanescente de Quilombo, para a criação de um único território quilombola.

Nas últimas décadas tem crescido os debates acerca dos povos tradicionais e desenvolvimento, mas isso ainda é muito recente, haja vista que desde o período colonial até o final do século XX, os projetos de desenvolvimento para o Brasil, principalmente para a Amazônia Legal, não levavam em consideração esses povos, ao contrário, procuravam dizimá-las, tamanho eram marcados pela ideia de progresso. Estes debates passam a ser inseridos no contexto das discussões socioambientais e das propostas de Etnodesenvolvimento nos quais esses povos passam a ser vistos como responsáveis pelo desenvolvimento do território que vivem.

Os debates sobre a importância dos povos quilombolas para o desenvolvimento sustentável também são recentes, em especial, quando se trata das experiências dos povos que vivem em áreas rurais da Amazônia brasileira, pois no final do século XX houve um aumento significativo das discussões sobre essa temática, visto que pesquisadores têm contribuído com estudos sobre povos quilombolas da Amazônia Legal ao discutir a ideia de quilombo ligado não apenas à organização de escravizados e sua luta contra a escravidão, propondo uma ressignificação desse termo, conforme Almeida (2011), além de Acevedo e Castro (1998), que analisaram as diferentes estratégias de organização política das comunidades quilombolas na Amazônia, dentre elas, a formação de Associação, instituição legalmente reconhecida para interpretar e administrar os interesses do grupo e, por fim, Amaral (2010), que discorre sobre as práticas cotidianas e a organização relacionadas à ocupação do espaço e ao uso do território pelas comunidades remanescentes de quilombo e suas influências na dinâmica socioambiental dessas regiões.

Embora esse incremento seja perceptível, o número de trabalhos científicos dedicados à temática de quilombo rural na Amazônia, sobretudo na região do baixo Caeté, vide Lima (2012), Sousa (2014) e Tavares e Silva (2014), são poucas as pesquisas e análises sobre a luta dos povos pertencentes ao quilombo Laranjituba/África por acesso a políticas públicas que possam assegurar seu modo de vida, a manutenção da identidade quilombola

na contemporaneidade e as estratégias para garantir a titulação de seu território e sua territorialidade, bem com a noção de desenvolvimento existente entre eles.

Assim, este artigo pretende contribuir com a literatura existente, ampliando o debate sobre a importância da história, memória e das povos tradicionais para os projetos de desenvolvimento da Amazônia, em especial, do Nordeste paraense, haja vista que a maioria dos projetos que foram implementados nessa região não levaram em consideração os saberes tradicionais e, por isso, causaram grandes impactos econômicos, culturais e socioambientais na região.

Utilizou-se como procedimento metodológico a História Oral, pois os dados empíricos são fundamentais para o direcionamento da pesquisa, sobretudo a compreensão da maneira que se manifesta a relação do ator social com o meio, a partir da oportunidade de estar inserido numa rede complexa de sentido (SPINK, 2001) que se constrói através do estabelecimento de um diálogo com a realidade a ser pesquisada.

A História Oral pode contribuir na análise da história contemporânea, visto que é um método constituído de entrevistas com sujeitos que vivenciaram ou testemunharam fatos que ocorreram no passado ou no presente, além de ser uma possibilidade para análise do cotidiano, festas, rituais e tradições de povos ou sociedades que não possuem registros escritos de sua história (ALBERTI, 2010).

A pesquisa foi realizada no mês de abril de 2016 nas comunidades quilombolas citadas, durante um trabalho realizado pela Turma 2016 de Mestrado e Doutorado do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, da Universidade Federal do Pará, com a orientação da Dra. Ligia Simonian. Nessa atividade foi possível estabelecer os vínculos necessários para a inserção da autora deste artigo no campo desta pesquisa, além de possibilitar a compreensão de algumas atividades cotidianas que influenciam na configuração socioespacial das comunidades quilombolas Laranjituba/África (pesca, coleta de frutas e vegetais da floresta, organização e relações sociais).

É válido destacar que o desenvolvimento desta pesquisa estava relacionado com o momento de vivência e apreensão do cotidiano da realidade, procedimento fundamental para a valorização da temática dela.

A pesquisa foi de caráter qualitativo, pois, entende-se que se aplica à análise de estudos históricos das relações, representações, crenças nos produtos das interpretações e construções dos grupos humanos, caracterizando-se pela empiria e sistematização dos dados da pesquisa para chegar à compreensão da lógica interna de um determinado grupo social ou de um processo de estudo (MINAYO, 2008), assim, tem-se um estudo de caso, haja vista que busca-se aprofundar o estudo sobre um determinado grupo social (GIL, 1999).

O estudo de caso contribui para a compreensão de fenômenos individuais, grupais e de organizações, além de permitir a compreensão dos fenômenos na sua totalidade, como, por exemplo, ciclos individuais de vida e comportamento de pequenos grupos sociais (YIN, 2010).

Em relação aos instrumentos metodológicos utilizados para a realização desta pesquisa, destacam-se a utilização de pesquisa bibliográfica, a realização de registros escritos, gravados, fotográficos, aplicação de questionários, a observação em campo, no sentido de ter uma compreensão aprofundada quanto ao cotidiano desse povo quilombola.

Este estudo traz algumas considerações dos conceitos de quilombo, história, memória e desenvolvimento, em seguida, tem-se uma breve discussão acerca de como se deu a constituição da comunidade quilombola Laranjituba/África. E, logo após, apresenta-se uma abordagem sobre sua organização política, econômica e cultural.

ASPECTOS TEÓRICOS SOBRE QUILOMBO, HISTÓRIA, MEMÓRIA E DESENVOLVIMENTO

A história da colonização americana foi marcada por várias formas de resistência ao sistema escravista, dentre elas destacam-se as fugas e a organização de territórios formados por negros escravizados e outros sujeitos, que em alguns países ficaram conhecidos como Quilombos. De acordo com Almeida (2011), no Brasil, durante o período colonial e imperial, o termo Quilombo era usado pelos colonizadores para designar toda habitação de negros fugidos, que passasse de cinco habitantes, ainda que não tivesse rancho levantado nem se achasse pilão nele (ALMEIDA, 2011). Após a abolição da escravidão e com a proclamação da república, o termo desapareceu do meio jurídico brasileiro, sendo ignorado, embora continuasse existindo possuía pouca ou nenhuma visibilidade (AMARAL, 2010).

Essa invisibilidade se deu devido à persistência do eurocentrismo e da colonialidade do poder nas sociedades que passaram por processo de colonização, bem como aos projetos de construção de nacionalidade brasileira e de desenvolvimento implementados na região amazônica, visto que durante vários séculos, o eurocentrismo influenciou a construção do conhecimento, as relações socioculturais, políticas, raciais e de gênero tanto na Europa quanto em outros continentes (ESCOBAR, 2010).

Somente a partir da luta dos movimentos sociais contra a ditadura militar no Brasil, a abertura política e a luta pelos direitos civis e sociais é que o termo quilombo ganhou visibilidade e novo significado. Assim, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, no Art. 68, do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), o termo aparece como remanescente de quilombo.

Nesse sentido, o significado atual de quilombo é fruto das redefinições e necessidade, principalmente, de delimitação e legalização do território e da territorialidade de alguns grupos existentes na sociedade brasileira.

Dessa forma, a existência dos povos quilombolas na contemporaneidade se deu devido à resistência desses povos aos projetos civilizatórios implementados pelo Estado brasileiro, bem como de sua história e memória que geralmente era transmitida de geração a geração, pois a maioria dos povos tradicionais como indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu e ribeirinhas, tanto do passado quanto do presente, não possuem registros escritos. Assim, a história desses povos comumente é transmitida de geração a geração a partir da oralidade, e na maioria das vezes são as pessoas mais velhas que se encarregam de transmiti-la, esta é uma das formas de conservar sua história e identidade (BOSI, 1994).

De acordo com Bloch (2001), a História é uma ciência do homem no seu tempo, pois é a partir das inquietações do presente que o historiador se volta para o passado, e ainda são os temas daquele que condicionam e limitam a pesquisa histórica, por isso, cada época elenca seus próprios temas para serem discutidos.

A História faz com que o passado retorne, mas não de maneira intocada e pura, haja vista que o mesmo não é objeto da ciência histórica, mas é importante para a compreensão de épocas passadas e do presente (BLOCH, 2001), visto que o passado é constantemente reconstruído e reinterpretado e tem um futuro que é parte integrante e significativa da História (LE GOFF, 2003).

Existem duas histórias, a da memória coletiva e a dos historiadores; a primeira é mítica, deformada e anacrônica, mas foi vivida e faz relação entre o passado e o presente, já a segunda deve esclarecer a memória e ajudar a corrigir seus erros, sendo que esta não é a história, mas é um de seus objetos e a partir dela pode ser construído o conhecimento histórico (LE GOFF, 2003).

É importante salientar que o imaginário social construído sobre a região amazônica, tanto pela sociedade brasileira quanto pelos povos europeus e estadunidenses, foi influenciado pelo ideário evolucionista de desenvolvimento, nesse sentido, a região e as suas sociedades passaram a ser vistas como primitivas, selvagens, bárbaras e subdesenvolvidas, sendo imprescindível retirá-la desse estágio de evolução para conseguir alcançar a civilidade (ALMEIDA, 2008). Logo, a construção do conhecimento histórico sobre esses povos pelos cientistas modernos foi também influenciada pela ideia evolucionista.

Essa ideia de civilidade influenciou a implementação de projetos desenvolvimentistas pelo Estado brasileiro. No contexto amazônico, não foram considerados os modos de vidas dos povos tradicionais presentes em distintos territórios, igualmente desconsiderou-se formas de morar, trabalhar, curar e se vestir.

Assim, o imaginário cunhado em relação à Amazônia Legal, seus povos e comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, peconheiros, pescadores, camponeses, entre outros, foi contraproducente, portanto, é comum a ideia de que esses sujeitos são incapazes de propor projetos para o desenvolvimento local, o que ignora a capacidade de criação e recriação de várias estratégias de subsistência e autonomia em meio à adversidade (ALMEIDA, 2008).

Por isso, é necessário desnaturalizar esse imaginário criado em torno da região amazônica e dos povos e comunidades rurais e, ao mesmo tempo, garantir a posse dos seus territórios e sua territorialidade a esses grupos para que possam ter autonomia para decidir que tipo de desenvolvimento é melhor para a região (ALMEIDA, 2008).

A partir do final do século XX, a concepção de desenvolvimento ligada à ideia de modernidade entrou em crise, nesse período surgiram novos grupos de pensadores que se opunham a uma colonização da mente e buscavam novos paradigmas para pensar e compreender o terceiro mundo, além de proporem um desenvolvimento alternativo para ele (VIOLA, 2000).

Segundo Escobar (2004), o pensamento do terceiro mundo está propondo outro mundo possível, que seja mais justo e sustentável, que não seja pautado na ciência moderna e nos valores europeus. E alguns movimentos sociais contemporâneos, entre eles, os quilombolas e os indígenas, estão buscando esse modelo de desenvolvimento, alguns com metas de lutas antiglobalização, baseadas nas suas histórias, nos saberes locais e na conservação do modo de vida quilombola e esses movimentos buscam defender seus interesses como sua identidade, território, autonomia e sua própria visão de mundo.

Desta forma, a noção de desenvolvimento em uma concepção mais ampla está sempre se renovando, em especial, em contexto de crise econômica e socioambiental como as das últimas décadas (SIMONIAN et al., 2007), surgindo o Etnodesenvolvimento, a capacidade

social de um povo construir seu futuro, levando em consideração os ensinamentos e experiências históricas e os recursos reais existentes dentro do território que em estão inseridos (VIOLA, 2000) e é nesse contexto que estão inseridos os povos quilombolas, já que estes povos sabem da importância de incorporar seletivamente determinadas tecnologias da sociedade, quando não refletem uma ameaça ao seu modo de vida (APPADURAI, 2002).

Portanto, a demarcação e titulação das terras dos povos quilombolas é de fundamental importância, pois garante o etnodesenvolvimento, a continuidade da reprodução da vida desses grupos sociais em seus territórios e a soberania alimentar, bem como a conservação da sociobiodiversidade existente nessa região, de sua história e memória (ALMEIDA, 2008), elementos que lhes foram negados desde o período da ocupação da América pelos portugueses.

OCUPAÇÃO DAS TERRAS DO BAIXO CAETÉ PELOS PORTUGUESES

Segundo seu Manuel Conceição Morais (84 anos), morador da comunidade África, a ocupação das terras do baixo Caeté, pelos portugueses, ocorreu há mais de trezentos anos. Nesse período, essas terras pertenciam a um senhor de engenho chamado Raimundo Barata, que possuía dez títulos de sesmarias, as terras começavam na foz do rio Moju e terminavam onde hoje é a fábrica da Albrás/Alunorte, no município de Barcarena, já outra parte das terras começavam nas ilhas de Belém e terminavam no município de Cametá.

É importante destacar que durante o período colonial os capitães-donatários, titulares das Capitania Hereditárias, podiam fazer concessões de terras aos sesmeiros, provavelmente, foi nesse contexto que o senhor Raimundo Barata adquiriu suas terras na região do baixo Caeté. A principal função do sistema de sesmarias era estimular a produção, assim, o titular de uma dessas propriedades deveria produzir dentro dos prazos estabelecidos, caso contrário seus direitos de posse poderiam ser cassados e esta forma de concessão de terras foi fundamental para que os colonizadores portugueses pudessem assegurar suas terras nas proximidades do rio Moju, bem como seu desenvolvimento econômico (CHAMBOULEYRON, 2006).

Durante a colonização portuguesa, as terras banhadas pelo rio Moju eram bastante povoadas, não por serem tão produtivas, mas pela proximidade com a cidade de Belém, nessa região havia vários engenhos e sítios cuja base econômica eram a agricultura e o extrativismo e nos quais tabalhavam indígenas, negros/as escravizados/as e seus descendentes (ACEVEDO, 2000).

Nessa região existia um local denominado Samaúma, onde se produzia cacau, farinha de mandioca, extraia-se madeira, entre outros produtos. Segundo Raimundo Magno, as pessoas que viviam nesse local provavelmente teriam dificuldades de chegar ao rio, pois havia um trecho alagado que impedia a passagem para o rio, no entanto, esse trecho alagado possivelmente foi aterrado, já que existe um caminho que liga Samaúma ao rio, esse aterramento é comprovado, pois existe embaixo desse caminho algumas madeiras e em cima uma quantidade considerável de barro.

Para os moradores da região, o aterramento foi feito pelos/as escravizados/as para facilitar o escoamento da produção, já que ali era uma área de grande exportação de produtos.

Segundo Magno, seus avós contavam que durante um tempo ficou difícil a compra de escravos, então Raimundo Barata criou um lugar em Guajaraúma chamado Fazenda. Esse lugar, na verdade, era uma senzala onde se depositavam mulheres que tinham a função de procriar: o senhor de engenho comprava escravos/as, principalmente em Belém, dos quais a maioria era mulher, isso se dava devido ao preço do escravo do sexo masculino ser bastante elevado. As crianças, filhas de escravizados/as nascidas nessa fazenda, ficavam até os dez anos de idade com suas mães, a partir de então eram arrancadas delas e levadas para senzala de Guadalupe para serem vendidas, pois as mulheres negras escravizadas desempenhavam várias funções:

[...] não só nos afazeres da casa grande (atividade que não se limita somente a satisfazer os mimos dos senhores, senhoras e seus filhos, mas como produtora de alimentos para a escravaria) como também no campo, nas atividades subsidiárias do corte e do engenho. Por outro lado, além da sua capacidade produtiva, pela sua condição de mulher, e, portanto, mãe em potencial de novos escravos, dava-lhe a função de reprodutora de nova mercadoria, para o mercado de mão-de-obra interno. Isto é, a mulher negra é uma fornecedora de mão-de-obra em potencial, concorrendo com o tráfico negreiro (NASCIMENTO, 2006, p.103).

A partir dos relatos dos moradores da região, observam-se as diferentes estratégias utilizadas pelos senhores de engenho para garantir a mão de obra escrava e até mesmo aumentar seu patrimônio, apesar dos/as entrevistados/as não conseguirem precisar o momento exato da ocorrência dos fatos, eles podem ser relacionados ao período da aprovação e implementação da Lei Eusébio de Queiroz (1850), que proibia o tráfico transatlântico de escravos, período no qual os senhores tiveram dificuldades para conseguir esse tipo de mão de obra.

Durante o período de escravidão em algumas regiões brasileiras, a densidade demográfica de escravos/as era maior de que de pessoas livres, de acordo com Bezerra Neto (2012), no final do período colonial havia uma grande presença de escravos/as nas regiões rurais de Belém, onde se cultivava cana-de-açúcar, entre outros produtos agrícolas.

O número de escravizados/as superior ao da população livre dificultava o controle deles (CONRAD, 1978), isso também ocorreu nas fazendas do senhor Raimundo Barata na qual a população escrava cresceu bastante e se tornou superior à livre. De acordo com Magno, em um determinado momento essa massa cativa se revoltou, sequestrando e assassinando o seu senhor.

Segundo seu Manuel, na fazenda do senhor Barata havia um escravo chamado Resende, que era de confiança do senhor de engenho e, por isso, conhecia quase todo o território, já que tinha acesso aos diversos locais desse território. Com a sua morte, Resende decidiu morar com sua esposa e seus dez filhos em Samaúma, porém um dos seus filhos, chamado Honório Tomás de Moraes, era de outro relacionamento, e sua esposa e seus outros filhos não se relacionavam bem com ele e por isso planejavam matá-lo.

Ao perceber que um de seus filhos corria perigo, Resende decidiu retirá-lo de perto de sua esposa e de seus outros filhos, e assim em um determinado dia, o deixou numa mata bem distante de onde viviam, esse local é onde hoje está localizada a comunidade África. Na ocasião, o pai de Honório levou junto com seu filho uma mulher, chamada Maria Marcolina, para ser sua nora, a partir de então, o casal passou a viver nessa região onde tiveram vários descendentes.

Para a maioria dos moradores do quilombo África este é o momento que inicia sua história, pois Honório era o tri-avó das pessoas que vivem nesse local e foi a partir da relação entre

as famílias que viviam na floresta, que se deu o povoamento dessa região e surgiram as comunidades quilombolas de São Jorge, Vila Caeté, Samaúma e Laranjituba/África.

BREVE HISTÓRICO DO QUILOMBO LARANJITUBA/ÁFRICA

A formação de quilombos no Brasil acompanhou todo o período escravista, assim, milhares de homens e mulheres escravizados ou livres (brancos pobres, indígenas, entre outros) viveram maior ou menor período em quilombo em diferentes regiões do país. Portanto, muitos negros e negras nasceram e morreram, ou pelo menos passaram um período de suas vidas em comunidades autônomas e livres.

É diante desse contexto de resistência e luta por sobrevivência que a comunidade quilombola de Laranjituba/África está inserida, localizada na PA-483 (Alça Viária) (mapa 1), km 68, à margem esquerda do Igarapé Caeté, no município de Abaetetuba (LIMA, 2012).

MAPA 1: Acesso as comunidades Laranjituba/África



Foto: Museu Paraense Emílio Goeld.

O quilombo é formado por duas comunidades, uma denominada de Laranjituba, e a outra de África, as quais são vizinhas e contínuas. Devido a terem uma trajetória de organização COMUM, elas são representadas juridicamente pela mesma Associação Quilombola, a do Baixo Caeté, e possuem um único título de propriedade coletiva, que foi concedido pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA) à Associação dos Moradores das referidas comunidades.

De acordo com Raimundo Magno (filho da comunidade África), a Associação do Baixo Caeté (Laranjituba/África) foi institucionalizada em 2001 após a legitimação desse povo. Em 2002,

o ITERPA reconheceu e demarcou o território quilombola de Laranjituba/África, no entanto, nesse primeiro momento, foi concedido o título individual. Somente após muitas lutas e mobilizações das pessoas das comunidades locais é que, em 2008, foi alterado para título coletivo de território quilombola e, hoje, esse território possui uma área total de 1108.1837 ha distribuídas entre 150 famílias que se autodeclararam quilombolas.

A titulação dessas terras seguiram os procedimentos da Lei 6.165, de 2 de dezembro de 1998, que rege a demarcação de terras dos remanescentes das comunidades quilombolas e pelo Decreto Estadual n. 3.572/99, que define as atribuições do ITERPA no processo de reconhecimento de Terras dos Remanescentes de Quilombo.

É importante destacar que a comunidade Laranjituba se uniu à África pela necessidade de conseguir o título coletivo da terra, visto que antes da titulação desse território elas eram separadas. Existia do outro lado do igarapé dois povoados chamados Castanhanduba e Laranjituba Centro, porém devido à necessidade da titulação de suas terras e de receber políticas públicas, as pessoas que viviam nesses povoados migraram e formaram o vilarejo de Laranjituba.

Para Magno, o processo de organização dessas comunidades se deu ao longo da história, mas a década de 1970 foi um marco importante na história do povo que ali vivia, pois, a partir desse momento, a Igreja Católica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), foi fundamental na sua organização política, econômica e cultural.

As CEBs são formadas por pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos, sendo que as primeiras CEB's surgiram por volta de 1960 (BETTO, 1985). Estas comunidades não discutiam apenas temas religiosos, mas também questões sobre política, economia, desigualdades sociais e culturais das classes populares, tanto do campo quanto das cidades (SCHIAVO, 2009). Nesse sentido, a Comunidade Eclesial de Base se abriu aos movimentos populares, ajudando a criar novas formas de organização autônomas.

De acordo com os moradores da região, a partir de 1970, a população se organizou e passou a compartilhar saberes, culturas e a trabalhar coletivamente nas roças nesse tipo de organização ligada à Igreja, até por volta de 1991.

A partir da década de 1990, as pessoas das comunidades pesquisadas começaram a se mobilizar em busca do reconhecimento enquanto remanescentes de quilombolo e pelo direito de ancestralidade do território. Nesse contexto de reconhecimento da ancestralidade do território, da luta pela titulação e pela garantia da territorialidade, a história e a memória das pessoas mais velhas das comunidades foram fundamentais.

Durante o processo de titulação dessas terras foi necessário organizar a associação dos moradores das comunidades quilombolas, a qual ficou reconhecida como Associação Quilombola do Baixo Caeté, pois as associações quilombolas são instituições legalmente reconhecidas pelo Estado brasileiro para administrar os interesses dos seus integrantes (ACEVEDO; CASTRO, 1998).

É importante destacar que o processo de identificação e reconhecimento da maioria das comunidades quilombolas do país se deu buscando reconstruir sua história a partir da memória dos próprios quilombolas. Estes povos possuem uma imagem nítida do que foi a escravidão para seu povo, assim falam de seus antepassados não de forma negativa, mas

ênfatisando sua bravura, atos heroicos, capacidade de resistir e de organizar suas vidas em meio à adversidade.

Segundo os moradores do quilombo, a titulação de suas terras assegurou sua territorialidade e algumas políticas públicas, a exemplo da abertura e manutenção da estrada que liga o referido quilombo à Alça Viária, a chegada de energia elétrica, em 2004, da água encanada para as casas que ficam na vila, o projeto de manejo de açaí, entre outros. Além de buscarem desenvolver suas práticas agrícolas e do manejo de alguns produtos, como o açaí, levando em consideração não apenas o conhecimento científico, mas também os saberes tradicionais existentes nas comunidades, os quais são fundamentais para assegurar seu bem-estar e seu modo de vida.

ASPECTOS ECONÔMICOS E CULTURAIS DO QUILOMBO

Os povos do quilombo de Laranjituba/África, assim como a maioria dos povos quilombolas da Amazônia brasileira, lutam por território e por políticas públicas de educação, saúde, transporte, entre outras. Eles praticam agricultura em roças, cultivando maxixe, melancia, mandioca, jerimum e milho, a maioria desses produtos são para o consumo doméstico, o excedente é vendido na própria comunidade ou na sede do município de Abaetetuba.

Segundo dona Cristiane (33 anos), moradora do povoado de Laranjituba, depois que as pessoas do local tiveram acesso a alguns serviços, como transporte, água encanada, entre outros, os quais ela denomina de desenvolvimento, os moradores das comunidades quilombolas acima citadas preferem vender os produtos ali cultivados em suas próprias comunidades, já que na cidade de Abaetetuba não existe uma feira específica para os agricultores venderem sua produção, o que dificulta a compra e venda desses produtos. Além da concorrência na referida cidade ser bastante alta, pois muitas pessoas da região se deslocam para lá para vender sua produção.

É importante frisar que desenvolvimento, para dona Cristiane e demais moradores do local, é sinônimo de melhorias nas estradas, transporte, acesso à capital (Belém do Pará), à políticas públicas, ao manejo dos recursos naturais existentes na região, os quais contribuem para aumentar a produção e garantir sua subsistência, bem como para manutenção de seu modo de vida quilombola.

Nesse sentido, os saberes tradicionais são fundamentais para o desenvolvimento da comunidade e do modo de vida do grupo social em questão, corroborando com a perspectiva proposta por Escobar (2004), que considera que as possibilidades de desenvolvimento devem estar baseadas na lógica cotidiana desses povos, vinculadas às relações sociais estabelecidas ao longo dos séculos.

É nesse contexto que o quilombo Laranjituba/África está inserido nesse debate a partir de sua caracterização socioespacial que leva à dinâmica de valorização de sua cultura, dos saberes tradicionais transmitidos por várias gerações, bem como da sua história e memória, os quais são elementos fundamentais para manutenção de sua identidade quilombola e para assegurar sua territorialidade.

Considerando o contexto de resistência da realidade, é válido destacar que dentre as manifestações de atividades relacionadas à reprodução da vida, a comunidade quilombola

apresenta o manejo do açaí com maior expressão, tendo em vista a expansão da comercialização do produto no mercado regional, nacional e internacional. Nesse sentido, a participação dos sujeitos na cadeia produtiva do açaí tem sido expressiva, prova disso é o projeto de manejo de açaí que a comunidade está desenvolvendo. Esse projeto é fruto da parceria entre a comunidade quilombola e o Fundo Dema (fundo autônomo, sediado na FASE³, de gestão descentralizada criado a partir da venda de madeiras retiradas ilegalmente da Amazônia), o qual visa o financiamento de recurso para a produção do açaí objetivando a preservação do bioma, a partir da valorização e o fortalecimento do povo quilombola, bem como a garantia da segurança alimentar das pessoas que ali vivem.

Compreende-se que o manejo do açaí é essencial para a cadeia produtiva, por pertencer à base, considerada a etapa mais importante em virtude de compor a participação direta do camponês quilombola. Nesse sentido, entende-se que esse projeto de manejo potencializa a perspectiva de desenvolvimento que valoriza o contexto daquele grupo social, garantindo a autonomia e manutenção de seus saberes praticados pelos seus ancestrais, saberes que são responsáveis pela sua substância e respectivas (re)existências diante dos diversos projetos de desenvolvimento implementados pelo Estado brasileiro na Amazônia Legal.

A farinha de mandioca é a base da economia familiar, sendo que o processo de preparação da terra para o plantio da maniva até a produção da farinha é dividido em diversas etapas e envolve todos os membros da família em trabalhos específicos, individuais e coletivos. Dessa forma, homens, mulheres e crianças participam das atividades, ficando as crianças encarregadas das atividades consideradas mais leves, como raspar mandioca (muitas vezes é necessário adaptar instrumentos para que elas não se cortem), plantar a maniva etc.

Outros produtos estão recebendo incentivo tanto financeiro, quanto técnico para seu cultivo, a exemplo do açaí, do cupuaçu e das hortas. Segundo seu Luís, presidente da Associação de Moradores do Quilombo, esses produtos estão chegando para eles por meio de projetos, como o de manejo de quintais para a produção de horticultura (tomate, cheiro-verde, pimentão, couve etc.). Para desenvolver tal atividade, os moradores das comunidades receberam auxílio de dois técnicos da EMATER/PA (Empresa Brasileira de Extensão Rural).

Com a ajuda técnica, foi possível cultivar vários produtos, de forma que esses povos quilombolas não necessitam mais comprá-los na cidade, pois já os cultivam nas hortas. Segundo os moradores mais antigos do local, esses projetos são muito bons e contribuem para valorização dos produtos locais, já que antes da implementação deles, a maioria dos jovens que ali viviam não queriam plantar mais nada, mesmo com todo o incentivo dos mais velhos e, assim, compravam quase tudo que precisavam nas cidades mais próximas. As pessoas que plantavam algum tipo de produto eram vistas pelos mais jovens como atrasadas, e seus produtos tidos como inferiores.

Observa-se que a cultura e as formas de cultivos das pessoas do quilombo passaram por várias mudanças devido às influências externas, mas, a partir do final do século XX, e início do século XXI, essas mudanças são revistas por parte dos moradores locais, ao mesmo tempo, os saberes tradicionais e a história local são valorizados pela maioria dos habitantes do quilombo e isto

3 A FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – foi fundada em 1961. É uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua hoje em seis estados brasileiros e tem sua sede nacional no Rio de Janeiro. Desde suas origens, esteve comprometida com o trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo. Fonte: <https://fase.org.br/pt/quem-somos/historico/>

ocorre tanto em nível local quanto global, pois há uma tendência de pensar o desenvolvimento levando em consideração os ensinamentos e saberes tradicionais, o que também é considerado como manipulação dos recursos naturais, porém, um real desenvolvimento rural seria com o incremento da Agroecologia, com estabilidade biológica, conservação dos recursos naturais, segurança alimentar, equidade racial e social (VIOLA, 2000).

Embora a população do referido quilombo venha desenvolvendo atividades com alguns recursos tecnológicos, ainda persistem muitos hábitos e costumes tradicionais, incluindo o preparo e cultivo das roças, a seleção da lenha para torrar a farinha e o extrativismo ainda praticados, conforme o conhecimento tradicional transmitido por diversas gerações através da oralidade.

Vale salientar que todo o território do quilombo (terra firme e várzea) é de fundamental importância para os habitantes desenvolverem suas atividades econômicas e cada espaço desse território exige dos sujeitos que ali vivem certo conhecimento da região e técnicas que possam garantir o manejo dos recursos da floresta. De acordo com Raffestin (1993), território é o resultado da ação feita pelos indivíduos em qualquer nível, ou seja, um determinado espaço sem ação do homem e suas relações de poder não é um território. Nesse sentido, o espaço é o local de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento, portanto, é o homem, a partir de suas relações com o espaço, que o territorializa (RAFFESTIN, 1993).

Outra atividade desenvolvida por alguns moradores do quilombo é a produção de panelas de cerâmica, a qual tem constituído uma fonte de renda para essas famílias, importante destacar que as pessoas fazem questão de preservar alguns saberes tradicionais deixados por seus ancestrais, entre os quais o acabamento dessas panelas pela defumação feita com algumas folhas retiradas das florestas.

Observa-se no cotidiano do quilombo uma valorização, especialmente pelas pessoas mais velhas e pelas lideranças, da cultura deixada pelos seus ancestrais, a exemplo da produção de panelas de barro, a capoeira e o carimbó (chamado pelos habitantes da região de samba de raiz). No quilombo, havia um morador chamado Jorge Trindade da Silva, mais conhecido como Mestre Jorge (hoje já falecido), que era artista e compositor, suas letras de música retratavam os costumes e cotidiano das comunidades, segundo a população local, Mestre Jorge foi um dos responsáveis pela conservação e divulgação dos valores culturais de matriz africana na região.

O extrativismo da castanha-do-pará é também muito praticado pelos moradores locais, os castanhais estão localizados do outro lado do rio, longe das residências familiares. Dona Juliana do Nascimento Ribeiro (67 anos) relatou que para chegar aos castanhais é necessário atravessar o rio de canoa, e depois andar alguns metros para poder chegar, mas segundo essa moradora, todo sacrifício vale a pena, pois existem muitas árvores e, na época da safra, é possível colher bastante frutos tanto para o consumo doméstico quanto para comercialização.

Observou-se que há uma ligação do quilombo Laranjituba/África com outros quilombos tanto do estado do Pará quanto de outros estados como, por exemplo, do Maranhão. Assim, os moradores procuram se articular enquanto quilombolas a fim de conseguir direitos sociais que ainda não foram assegurados pelo Estado brasileiro, bem como políticas públicas para seu grupo étnico. Desse modo, as lideranças junto às pessoas do quilombo tem se preocupado em legitimar o direito ao território, bem como estratégias para garantir infraestrutura (construção de estradas), educação e saúde aos moradores.

Para tanto, procuram se organizar política, econômica e culturalmente e ainda reforçar sua identidade de quilombola ensinando a história de seus antepassados e preservando os saberes tradicionais de matriz africana como, por exemplo, a religiosidade e o artesanato de cerâmica, ao mesmo tempo reconhecem que sua luta será árdua, pois ainda há muito que se mobilizar e lutar para que o Estado possa assegurar os direitos previstos por lei.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colonização de todos os países da América foi marcada pela escravidão tanto indígena quanto africana, no entanto, os escravizados sempre buscaram estratégias para resistir e lutar por cidadania, dentre as estratégias se destacam as fugas e a organização em quilombos.

Assim, na Amazônia brasileira existe uma diversidade de comunidades quilombolas em vários estados, que até na contemporaneidade se organizam e lutam pela garantia de seu território, territorialidade e por seus direitos, que embora esteja assegurados na “Constituição Cidadã” de 1988, muitos ainda lhes são negados.

Diante das lutas por direitos a povos da comunidade quilombola Laranjituba/África, assim como outros povos quilombolas da região, eles têm desenvolvido estratégias para assegurar seus direitos e assegurar seu território, entre os quais estão a junção das duas comunidades, a preservação da sua história e dos saberes tradicionais através da memória das pessoas mais velhas, os quais são importantes para sua substância. Além do manejo dos recursos naturais de forma que possa ocorrer a resiliência do ecossistema, pois este é fundamental para garantir o modo de vida quilombola.

Nesse sentido, nos últimos anos, as pessoas do quilombo se mobilizaram, por meio da associação dos moradores, e conseguiram a titulação de suas terras e a implementação de alguns projetos, os quais dispõem de auxílio técnico e financeiro para incentivar a produção e complementar a renda familiar, no entanto, nem todas as pessoas da comunidade fazem parte da associação dos moradores e os projetos são apenas para os associados, algumas delas, ao serem indagadas porque não eram associados, responderam que não se interessavam por projetos, mas ao longo das entrevistas se observa que, na verdade, elas não possuem conhecimento da importância da associação para que sejam garantidas políticas públicas de saúde, educação e transporte, entre outras para a comunidade.

A população do quilombo Laranjituba/África tem buscado preservar os costumes e tradições de seus antepassados por meio de narrativas de histórias que são passadas de geração a geração, bem como a manutenção de saberes tradicionais em algumas atividades como na produção de cerâmica de barro e, ainda, através de músicas e danças tradicionais

Observa-se que entre esse grupo social, a noção de desenvolvimento tem se alterado constantemente e, nos últimos anos, ele tem buscado relacionar os conhecimentos tradicionais ao conhecimento científico para o manejo dos seus recursos naturais, embora esse povo venha valorizando os saberes tradicionais, ainda falta nele uma noção de desenvolvimento que combine o manejo dos recursos naturais com equilíbrio e conservação da biodiversidade, além de segurança alimentar, igualdade social e étnico-racial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACEVEDO, R.E.M.; CASTRO, E. *Negros dos Trombetas: guardiões de matas e rios*. Belém: NAEA/UFGA, 1998.
- ACEVEDO, R.E.M.; CASTRO, E. Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX. *Paper do NAEA*, n. 153, 2000.
- ACEVEDO, R.E.M.; CASTRO, E. Mobilidade política de comunidades negras rurais: domínio de um conhecimento praxiológico. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, UFGA, n. 2, 1999.
- ALBERTI, V. História dentro da História. In: PINSKY, C.B. (Org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- ALMEIDA, A.W.B. Os quilombos e as novas etnias. In: *Quilombos no Brasil*. Manaus: UEA, 2011.
- AMARAL, J.P.A. Artesanato Quilombo: identidade e enticidade na Amazônia. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, 2010.
- APPADURAI, A. Disjuncture and difference em the global cultural economy. In: INDA, J.X; ROSALDO, R. *The anthropology of development and globalizacion: a reader*. Oxford: Blackwell Publishing, 2002.
- BETTO, Frei. *O que é Comunidades Eclesiais de Base*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BEZERRA NETO, J. M. Histórias urbanas de liberdade: escravos em fuga na cidade de Belém, 1860-1888. *Afro-Ásia*, 2002. Disponível: em http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n28_p221.pdf Acesso em: 2 mai. 2016.
- BEZERRA NETO, J. M. *Escravidão Negra no Grão-Pará (Séculos XVII-XIX)*. 2. ed. Belém: Paka-Tatu, 2012.
- BLOCH, M. *Apologia da história, ou ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.
- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CHAMBOULEYRON, R. Plantações, sesmarias e vilas. Uma reflexão sobre a ocupação da Amazônia seiscentista. *Nuevo Mundo Mundo Nevos*, 2006. Disponível em: <https://nuevomundo.revues.org>. Acesso em: 3 jun. 2017.
- CONRAD, R. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- LE GOFF, J. *História e memória*. 5. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2003.
- LIMA, S.H.A. *Educação e comunidades quilombolas de Laranjituba e África, município de Moju/PA: relação da EJA com costumes e tradições de base africana*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/7349/1/2012-DIS-SHALIMA.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2016.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SCHIAVO, R. A. As Comunidades Eclesiais de Base no Brasil: um balanço historiográfico. In: III SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA: APRENDER COM A HISTÓRIA? 2009. Ouro Preto. Anais... Ouro Preto: Edufop, 2009. Disponível em: http://www.seminariodehistoria.ufop.br/t/reinaldo_azevedo_schiavo.pdf. Acesso em: 2 mai. 2016.

SIMONIAN, L.T.L. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas. In: ARAGON-VACA, L.E. (Org.). *Populações e meio ambiente na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA/UNESCO, 2007.

SOUSA, C. F. M. Resistências e reprodução social, política e econômica: a produção de boa gente no campesinato quilombola amazônico. *Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, Araraquara, v. 8, n. 2, 2014. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/redd/article/viewFile/6886/5608>. Acesso em: 5 jun. 2018.

TAVARES, R. B.; SILVA, H. P. Educação em saúde e ambiente em comunidades quilombolas do Pará/Brasil. *Margens*, n. 8, v. 11, p. 131-144, 2014. ISSN:1806-0560. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/273409795_educacao_em_saude_e_ambiente_em_comunidades_quilombolas_do_parabrazil. Acesso em: 5 jun. 2017.

VIOLA, A. La crisis do desarrollismo y el surgimento da la antropologia del desarrollo. In: VIOLA, A. (Orgs). *Antopologia del desarrollo*. Barcelona: Paidós. 2000.